

# O FAZER DOCENTE NA PANDEMIA: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O ADOECIMENTO NO ENSINO HÍBRIDO E REMOTO

## **MARIA DO ROSÁRIO ALVES LEITE**

Mestra pelo curso de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UF,  
rosarioaleite@hotmail.com;

## **JEVISON CESÁRIO SANTA CRUZ**

Mestre pelo curso de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UF,  
jevison\_maestro@hotmail.com;

## **LUIS FELIPE FERREIRA DE SOUZA**

Graduando em Psicologia Fafire, Recife - PE, luisfelipe07@outlook.com;

## RESUMO

O presente artigo é um convite à reflexão sobre os desafios enfrentados por professoras, que exerceram o magistério na educação básica, a partir de março de 2020, conciliando os cuidados com a família com a atividade profissional, seus desafios e suas consequências para a saúde emocional. Constituiu-se como objetivo, fazer uma investigação acerca dos impactos que afetaram a saúde mental de docentes no contexto do ensino remoto e híbrido, suas relações com o recorte de gênero, observando particularmente a manifestação de sintomas da Síndrome de Burnout. Para tal, em razão do seu caráter subjetivo, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas com professoras em atividade no formato e período descritos; para o exame dos dados, foi aplicada a Análise de Discurso a partir dos estudos da Professora Eni Orlandi, como teoria e como método. Tomando o acesso à educação e o exercício profissional do magistério, na perspectiva de direito humano fundamental, bem como a necessidade da garantia de saúde emocional aos educadores de acordo com a legislação vigente no Brasil.

**Palavras-chave:** Direito à Educação; Gênero; Síndrome de Burnout.

## 1. INTRODUÇÃO

O intervalo entre a narrativa e o real pode fazer uso de frações do tempo, provocando as mais variadas reações, seja do ponto de vista da história, seja da perspectiva do indivíduo, com suas experiências, seja do discurso que oferta ao seu interlocutor com sua vasta gama de sentidos. Sob o pressuposto que sujeito interage com o ambiente, com o tempo, consigo mesmo e com o outro de forma única, cabendo aos pesquisadores observar, ouvir, apurar, ruminar e interpretar à luz da ciência, do método, do registro, as peculiaridades que cada investigação evoca.

A vida em sociedade convida ao confronto, a uma história, o que levou Certeau (1982, p. 49) a afirmar: “A ciência histórica vê crescer, com seu progresso, as regiões silenciosas do que não atinge”. Daí a relevância da investigação sobre o fazer pedagógico em meio à crise sanitária que tem assolado o mundo, sua repercussão para o futuro próximo e para os grupos locais, com suas singularidades.

Ciente desse desafio, o presente estudo percorre depoimentos, verbalizações, de algumas educadoras que desde março de 2020 têm vivenciado novas experiências ao ensinar em formatos pouco comuns para elas: ensino remoto e ensino híbrido, um pouco do cenário comum a milhares de professoras, que precisaram recriar sua prática a fim de seguir educando.

Os formatos de ensino mencionados relacionam-se com o retorno às aulas presenciais em 2021, visto que alguns pais e responsáveis optaram por manter seus filhos em casa, assistindo aulas on-line, como medida de segurança, ou em razão da unidade de ensino ter organizado rodízio entre grupos ou turmas, para atender aos protocolos sanitários estabelecidos. Foi possível identificar que esse capítulo da história da educação está em aberto, sendo escrito aos poucos e sofrendo revisões sistemáticas. Um cenário de grande complexidade emerge dessa descrição, compondo narrativas inéditas e para as quais, as educadoras não foram orientadas durante a formação acadêmica.

Assim, a presente pesquisa trouxe como justificativa a relevância do levantamento de dados referentes ao trabalho docente durante um cenário pandêmico e as conseqüentes dificuldades geradas a partir do exercício profissional, acrescido dos cuidados com a família e consigo, com um recorte de gênero e de territorialidade, por concentrar-se na área metropolitana de Recife. Para dar encaminhamento ao estudo foi

estruturado como objetivo geral: refletir sobre as transformações na dinâmica emocional por que passaram professoras da educação básica ao serem submetidas à sobrecarga de atividades realizadas, resultantes da combinação de cuidados com o lar e o exercício do magistério em formato de ensino remoto, por conta da epidemia da Sars-Cov-2 a partir de março de 2020, de acordo com a legislação pertinente.

Além dos aspectos gerais que envolveram as educadoras no período de distanciamento social até o retorno às aulas presenciais, algumas variantes são relevantes para esse estudo, como a maternidade e a existência de mais de um vínculo empregatício, visto que há um acréscimo relevante no tempo a ser empenhado em prol da execução das atividades específicas do lar e as vinculadas à profissão.

Desse modo foram constituídos como objetivos específicos: analisar os discursos das professoras da educação básica que durante a pandemia precisaram acumular funções do lar com o magistério no mesmo espaço; pontuar as alterações emocionais desenvolvidas durante o período pandêmico mencionadas pelas entrevistadas; analisar os impactos da desigualdade na divisão sexual do trabalho na vida das docentes com múltiplas tarefas; refletir a respeito da ausência de suporte emocional e técnico às educadoras para o trabalho em formato remoto e híbrido.

Quando se avança em direção à pesquisa em educação, é importante considerar que, os relacionamentos serão fundamentais para entender-se os processos por que passam as sociedades ao longo do tempo e nos diferentes lugares, eis por que a abordagem qualitativa adquire certa relevância e foi o tipo escolhido para essa investigação. De acordo com Weller e Pfaff (2011), os estudos realizados a partir do método qualitativo têm contribuído significativamente para as discussões de diferentes realidades educacionais, cooperado para mudanças significativas nas políticas públicas e estimulado importantes debates no que se refere às melhorias socioeducacionais de forma direta ou pelo estímulo ao engajamento em debates e novas produções.

O trato com a realidade, a coleta de dados junto às professoras, o registro dos depoimentos, seja por meio da gravação das respostas a um questionário com perguntas, quanto das respectivas transcrições, foram executadas com o rigor e o respeito cabíveis a cada colaboradora, que aceitou o convite de partilhar com os investigadores, as emoções e as impressões por que passou durante o período pandêmico. Para a análise dos dados serão considerados os conceitos pertinentes à Análise de Discurso (AD) francesa, representada pela Dra. Eni Orlandi, observando as

relações entre as ciências, pelo seu aspecto interdisciplinar, observando que estratégias o sujeito faz uso para ocultar ou revelar suas memórias.

Quanto à escolha pelas mulheres, justifica-se no reconhecimento de que elas têm vivenciado altos níveis de tensão, ao acumularem atividades voltadas para o cuidado consigo e com seus familiares em seus lares, enquanto que simultaneamente desempenham as funções profissionais na área da educação. Em razão do distanciamento social e do modelo adotado a partir de março de 2020, no estado de Pernambuco: aulas remotas, foram ampliadas as desigualdades já existentes entre homens e mulheres que educam, pois via de regra, as educadoras, que em geral, acumulam vínculos empregatícios em razão da baixa remuneração, ao retornarem para suas residências precisam envolver-se nas atividades domésticas, principalmente quando têm prole.

Há uma distinção entre os papéis que homens e mulheres desempenham nas sociedades desde o princípio da vida em coletividade, julgando serem os lares representações das formas como aquelas se organizam, levando em conta que o patriarcalismo tem sido o modelo predominante no Brasil, uma vez que em diversas famílias as professoras têm respondido tanto pela maternidade quanto pela paternidade. Constata-se que, apesar de passados alguns séculos, as dessemelhanças persistem, e, em alguns momentos, se ampliam, exigindo novas configurações e novos mecanismos de enfrentamento às diversas formas de desrespeito aos direitos das mulheres, que são direitos humanos.

## 2. DESIGUALDADES E SILENCIAMENTO

As formas como as sociedades descrevem as relações entre homens e mulheres, atribuem funções, obrigações, direitos e modelos a serem seguidos, que estão correlacionados às questões de gênero, e por conseguinte, aos desdobramentos daí advindos. Segundo o Professor Peter N. Stearns, embora as civilizações tenham surgido em períodos distintos e com considerável distanciamento geográfico, foi possível identificar certas semelhanças estruturais que favoreceram novas formas de desigualdades num sistema denominado patriarcal, onde pais e maridos detêm o controle dos bens e dos membros das famílias: “À medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero - relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo - foram tomando forma também” (STEARNS, 2017, p. 31).

As diferentes maneiras de ordenação social variam no tempo e no espaço, implicando em modificações sobretudo na estruturação e organização do trabalho. Se, à princípio, os pequenos grupos humanos buscavam suprimentos por meio da caça e da coleta, ao desenvolverem a agricultura e se fixarem em determinada região, ampliando a capacidade de armazenamento de provisões, alguns participantes aperfeiçoavam atividades não-agrícolas, como o artesanato, o comércio e a administração do patrimônio coletivo. Outro fator importante foi a fixação dos grupos a locais com maior provisão de alimentos, os homens assumiram o controle patrimonial e, por conseguinte, às mulheres coube a gestação e os cuidados com a prole. À medida em que aumentava o índice de natalidade, elas eram definidas pela sua capacidade de procriação, com isso aumentavam os domínios masculinos e se consolidava o poder do patriarcado.

Com o tempo essas discrepâncias se ampliaram, colocando as mulheres em posições cada vez mais inferiores, isso envolvia desde o vestuário, a exemplo dos povos orientais com o enfaixamento dos pés femininos para modelá-los, até as longas túnicas para cobrir totalmente os corpos. Esses mecanismos de controle corroboraram o confinamento doméstico, limitando mais do que o deslocamento, impedindo-as de interagir e, por conseguinte, de estudar ou trabalhar. Enquanto isso, os homens avançaram na conquista de novos espaços sociais e usaram os casamentos como alternativa para o alargamento patrimonial, enfatizando o papel ornamental da mulher em detrimento dos seus direitos básicos.

Na América Latina os povos nativos se submeteram às normas impostas pelos exploradores europeus, que após as batalhas, tomavam as mulheres como parte dos espólios, consolidando a objetificação vivenciada no antigo continente. Já a dominação religiosa foi determinante no processo de subordinação feminina, controle dos corpos, das condutas e dos papéis sociais. A respeito da ocupação espanhola na América, o historiador inglês descreveu o seguinte cenário: “Como em outros locais, os primeiros resultados da conquista espanhola, no século XVI, foram desorientadores: mortes massivas por doenças como varíola, abuso sexual e sequestro de mulheres pelas forças militares” (STEARNS, 2017, p. 114). Sem dúvidas, a história se repetiu nas relações entre outros povos nativos e os invasores.

Note-se, que a história oferta registros suficientes para a identificação de modelos de organização social que subjugam e punem as mulheres em razão do gênero. Embora essa designação tenha apresentado diferentes sentidos nas ciências, em comum, os estudos ratificam que a distinção

entre homens e mulheres tem sido instrumento para hierarquização e opressão delas, em detrimento de um comportamento consolidado e por séculos legalizado. Denominado de patriarcalismo, cuja faceta mais vulgar é o machismo expresso por atos de violência e até de morte, suas ramificações têm permeado as diferentes esferas sociais, os relacionamentos e por conseguinte os espaços de decisão política, seja no campo do privado ou do público.

Após um longo período de confinamento doméstico, em que a maternidade e a devoção ao esposo eram as posturas toleráveis, paulatinamente as mulheres foram saindo de seus lares em direção às instituições educacionais, ao mercado de trabalho e ao espaço público. Desde as primeiras lutas por igualdade de direitos, as mulheres têm se engajado no combate às desigualdades e ao silenciamento, sendo possível reconhecer como a ideologia de que os homens ocupam o lugar de superioridade e, por conseguinte, de controle social, econômico e emocional tem retroalimentado a falta de políticas públicas que promovam a equidade entre os gêneros. Eis por que a equivalência de direitos é um ato político.

A contemporaneidade suscitou mudanças que afetaram diretamente a organização do trabalho, passando a contar com uma maior participação feminina em posições de poder e com melhores remunerações. Contudo, tais mudanças se mostraram insuficientes para romper com o teto de vidro, não implicando em mudanças que atinjam aquelas que estão à frente de atividades precarizadas (BIROLI, 2018). O cuidado com os filhos e a organização das atividades domésticas ainda são atribuições que são exigidas originalmente delas, mesmo que em algumas famílias as configurações tenham sofrido alterações, esses casos denotam exceções e não regra. Eis por que a relevância de que temáticas envolvendo questões de gênero sejam debatidas entre docentes e discentes no cotidiano educacional.

Assim, foi possível destacar que a divisão sexual do trabalho está na base da hierarquização dos gêneros, e, é um fator determinante na cristalização dos papéis exercidos por homens e mulheres em suas respectivas funções sociais, o que impede uma modificação integral na forma como eles e elas dividem os postos de trabalho. Tal hierarquização assumiu diferentes configurações, daí a escolha por analisar os recortes de raça, faixa etária, escolarização e classe, que influenciaram a divisão do trabalho e a ocupação dos espaços de poder, cargos e funções, que demandam maior remuneração, autoridade ou visibilidade.

Dessa forma, a precarização do trabalho e a destituição do seu valor produtivo atingiram em especial as mulheres, uma vez que são elas têm assumido posições de cuidado e de administração do lar, sendo constrangidas a conciliar os turnos e abrir mão do zelo consigo. Além disso, muitas delas, via de regra, têm sua participação nas atividades públicas limitada, em decorrência de seu gênero, por vezes sob a justificativa de que as tarefas do âmbito doméstico devem ser sua prioridade.

A partir dessas premissas, tais atividades perderam seu valor laboral e passaram a ser vistas como apêndice ao trabalho remunerado, corroborando a fragilização e a desvalorização dos afazeres domésticos, que atenderam às necessidades de todos os familiares, não apenas dos cônjuges. Em razão da depreciação, os serviços passam a ser conciliados com as demais atividades, sobrecarregando as mulheres e lhes exigindo a multifuncionalidade.

A noção de multitasking, arraigada na sociedade neoliberal, impele os sujeitos a superarem seus limites e desconsiderarem as dificuldades, os obstáculos para o alto rendimento, entretanto, tal exigência, recai com maior força sobre aquelas que possuem uma dupla - ou múltiplas - jornadas de trabalho. A ideia da multifuncionalidade serve como mais uma ferramenta de cobrança, que impulsiona os sujeitos a desenvolverem uma autocobrança para o alto rendimento, punindo-se em caso de não obtenção dos resultados almejados. Para atenuar a percepção feminina a respeito desse instrumento de controle, é comum usar de forma elogiosa ao referir-se à execução de múltiplas tarefas em curto espaço de tempo e considerar como característica própria do seu gênero.

A estruturação patriarcal da sociedade tem feito com que os homens estejam livres para exercerem atividades remuneradas no âmbito público, enquanto que as mulheres se responsabilizam pelas atividades no âmbito privado, caracterizando o patriarcado como a “exploração do trabalho das mulheres pelos homens” (BIROLI, 2018, p. 25). Essa desvantagem imposta às mulheres colocaria os homens em uma posição superposta àquelas, tendo em vista que eles desfrutaram de mais recursos psíquicos e físicos, além de mais tempo, para se dedicarem a funções nas instituições e na atividade criativa.

A demasiada cobrança e o conseqüente acúmulo de tarefas, resultam em múltiplas jornadas de trabalho, podendo acarretar na exaustão física e psíquica das mulheres, sobretudo neste recorte das docentes, que, para além de terem seus trabalhos precarizados, precisaram se adaptar às modalidades de ensino remoto e híbrido. Nessa perspectiva, a



pesquisadora Flávia Biroli apontou para aspectos que precisam ser observados no que diz respeito às múltiplas jornadas de trabalho:

Há mais que dependência das mulheres em relação aos homens específicos alimentando esses circuitos hoje. A “ideologia da dependência emocional, física e moral” pode não ter desaparecido, mas certamente se modificou com a ampliação ao acesso das mulheres ao trabalho remunerado e à educação formal e como deslocamentos na dupla moral sexual a partir do século XX. [...] Os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, em especial as mais pobres. A exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações (BIROLI, 2018, p. 29).

Semelhantemente, as experiências compartilhadas durante as entrevistas, manifestaram mais que situações decorrentes de um evento inusitado, como no caso da pandemia da Sars-Cov-2, mas um desdobramento em escala ampliada do cotidiano de mulheres que educam. E, ainda que não tenha sido objeto dessa investigação, a comparação dos dados a partir da sua condição civil, aquelas que exercem a maternidade solo, no que tange à responsabilidade com a prole, sofre um maior desgaste, seja na energia física, emocional e mental. E, embora as configurações familiares se apresentem diferenciadas, estão igualmente desgastadas pela desigualdade quanto à divisão de trabalho.

### 3. SAÚDE EMOCIONAL E DOCÊNCIA

A atuação profissional, seja ela formal ou não, tem como horizonte a concessão de sentido existencial ao sujeito, que socialmente é reconhecido por outros a partir da função que exerce. O trabalho, portanto, cumpre importante papel na constituição subjetiva do indivíduo, sendo um dos principais agentes fornecedores de uma identidade ao sujeito e possuindo potencial de satisfação de desejos, o que propicia prazer e bem-estar, como aponta Dejours (1994). O sujeito transforma o mundo pela atividade laboral e é transformado por ela, entretanto, essa relação, que pode propiciar a satisfação de necessidades do indivíduo, também pode ser fonte de sofrimento, conferindo ao trabalho aspectos de um objeto de tortura, como sugere a origem epistemológica do termo.

Por se tratar de uma relação social, que se constrói no coletivo, a satisfação no trabalho depende de uma multiplicidade de fatores, para além da remuneração salarial conferida, passando, inclusive, pelo grau de reconhecimento que o trabalhador recebe a partir de seu desempenho. Diante de tal complexidade, somam-se os fatores que compõem a organização do trabalho na contemporaneidade e se distinguem pela precarização e desvalorização dos postos de trabalho, sobretudo no campo da educação.

A docência é uma função permeada por agentes estressores em seus aspectos psicossociais, o que revela uma série de desgastes ao profissional, que pode levá-lo à exaustão como consequência de uma sucessão de frustrações e desgostos com a função. A precarização do trabalho ocasionada, sobretudo, pelo modelo neoliberal, com seus imperativos quantificadores de eficiência em detrimento da apreciação de aspectos qualitativos, é um fator adoecedor para o sujeito-trabalhador. Tais particularidades assumidas pelo trabalho no mundo contemporâneo, se caracterizam como fatores contribuintes para a extrema dificuldade de adaptação aos postos de emprego, resultando em estresse disfuncional.

Isoladamente, o estresse é um elemento necessário para a existência do indivíduo, uma vez que é a partir de sua função adaptativa que o organismo pode responder às mudanças e novidades do ambiente. Contudo, as excessivas demandas, comum na atividade docente e amplificadas diante do cenário laboral atual, corroboram com a existência de um desgaste adoecedor, extenuante. Esse estresse disfuncional pode conduzir o sujeito a um estado limite, ocasionando insatisfação, frustrações, alterações de humor e uma série de outros sintomas biopsicossociais em resposta às pressões do contexto de trabalho. Esse quadro diagnóstico é uma síndrome denominada de Burnout, que remete, em inglês, a um estado de “queima total”.

Para Maslach e Jackson (1984, apud LAZZAROTTO, 2020), essa síndrome relaciona-se diretamente com o magistério, tendo em vista que esta profissão envolve uma série de expectativas que são quebradas e geram desamparo e mal-estar. Para Esteve (1999, apud LAZZAROTTO, 2020), existem aspectos produtores de mal-estar na docência que incidem diretamente sobre a atuação do professor e aspectos que produzem mal-estar secundariamente, através das condições de trabalho precárias que impedem a organização e desenvolvimento das atividades de modo adequado, debilitando a imagem do docente.

As implicações decorrentes da precarização do trabalho do educador incidem sobre o profissional em intensidades diferentes, assim, para que se investigue os efeitos do estresse e das excessivas demandas do contexto laboral do professor sobre sua subjetividade, se faz necessário estabelecer contornos, que permitam especificar vivências particulares das realidades dos sujeitos. Por conseguinte, deve-se levar em consideração o recorte de gênero na análise do adoecimento docente, uma vez que a profissão é historicamente ligada ao feminino devido a se tratar de uma prática de cuidado que, por sua vez, cristalizou-se enquanto fazer da mulher.

O gênero é responsável pelas históricas distribuições de papéis que definem o lugar do masculino e do feminino na sociedade, se constituindo enquanto efeito de práticas discursivas, que são performadas, encenadas e reproduzidas no palco social, “uma espécie de imitação persistente” (BUTLER, 2020, p. 9). A ideia de gênero, por se tratar de uma prática simbólica, isto é, que possui caráter normativo e definidor de condutas, é introjetada a partir da socialização do sujeito em seus primeiros grupos sociais. Desde a mais tenra infância, através de laços identificatórios com as primeiras figuras que fazem parte do círculo de convivência da criança, apresentam-se modelos a serem imitados e reproduzidos ao longo da vida. A sociedade com suas tipificações é fator preponderante na subjetivação e socialização do desejo do sujeito, falando através desse com seus padrões estruturais que se somam e se sucedem em cadeias significantes.

O gênero, portanto, se expressa no vestuário, no vocabulário, nas preferências pessoais, e permeia todas as relações sociais, influenciando, inclusive, as vocações profissionais. Assim, tem-se que a docência se constitui como uma profissão majoritariamente feminina ao longo da história, se constituindo quase como uma extensão da maternidade. A maior inserção da mulher no mundo do trabalho ocasionou a sobreposição de funções, que exigem dela um comportamento multitasking, para que seja possível haver a conciliação das atividades definidas como femininas, devido às atribuições de papel de gênero. As funções do lar e de cuidados com a prole são associadas ao feminino e requerem da docente o desdobramento em múltiplas jornadas. A justaposição de atividades expõe as mulheres a mais agentes estressores que podem converter-se em sintomas ou culminar no adoecimento pela Síndrome de Burnout.

A suposta vulnerabilidade e fragilidade feminina, amplamente propagada à nível de senso comum, se relaciona com as excessivas demandas

atribuídas às mulheres que requerem o exercício de múltiplas atividades concomitantes ao longo do dia. Entretanto, ao compará-las aos homens, elas apresentam mais recursos para se protegerem de estressores disfuncionais relacionados ao trabalho (BARROS, 2008; HERMIDA E STEFANI, 2011, apud CARLOTTO et al., 2014), uma vez que a estruturação social atribui ao sexo feminino um lugar de docilidade e sensibilidade em relação às emoções. A legitimação do lugar de socialização das emoções atribuídas ao feminino se torna um agente facilitador para o autocuidado, enquanto que os imperativos, diante das fragilidades, encaminham para o adoecimento laboral.

Portanto, o grau de sofrimento experimentado pelos docentes, depende de recursos internos aos sujeitos, além de ambientais, que podem ser fatores protetores ao adoecimento. Vale salientar as repercussões dessas vulnerabilidades sociais impostas às pessoas identificadas com o gênero feminino, vinculam-se ao contexto sociocultural historicamente estruturado, cujos elementos estão predisponentes à extenuação pelo trabalho.

### **3.1 O MITO DA MULHER MULTITAREFA**

A origem da afirmação que há uma predisposição natural das mulheres à execução de diversas atividades, remonta de um período em que os povos que ocupavam o continente americano lhe atribuía funções bem distintas. Em algumas etnias elas ocupavam lugar de liderança, em geral desde a adolescência aprendiam o preparo dos alimentos, cuidavam da roça, fiavam algodão, tecia redes, mas foi o puerpério, a situação que surpreendeu o frei Yves d'Evreux, (apud DEL PRIORE, 2017). Após dar à luz, a mulher indígena, que havia trabalhado até a hora do parto, retornava às atividades corriqueiras, enquanto que o homem era cumprimentado pela aldeia, deitava-se e era tratado como se estivesse doente. Com a presença dos europeus e seus hábitos, os grupos locais foram acrescentando novas práticas e alterando papéis, em geral ampliando os domínios masculinos, pois, em comum já tinham o controle dos bens e dos espaços de decisão.

Transcorridas algumas décadas, no final do século XIX, a mão de obra escrava começou a ser substituída por um sistema de trabalho chamado colonato, em que as famílias eram contratadas para trabalhar na agricultura e todos os seus membros eram incluídos, desde as crianças, a partir de 12 anos, até o cônjuge. Concomitantemente, o homem, enquanto chefe

da família, respondia pelo contrato, recebia e administrava o pagamento. Às mulheres cabia conjugar as tarefas dentro da casa com o da roça e do cafezal ( DEL PRIORE, 2017), ou seja, uma situação bem assemelhada ao que têm vivenciado as professoras entrevistadas, ao desenvolverem as aulas, para serem ministradas à distância e em formato híbrido, cuidar dos familiares e de si mesmas, além da própria casa, como elas se perceberam nessa jornada? Eis algumas respostas:

Assim, me sentia e até hoje e ainda me sinto porque a gente ainda tá nessa modalidade né, que é tanto remota e o presencial ao mesmo tempo e eu tenho me sentido um pouco sobrecarregada, porque.... uma coisa é você lidar com uma sala de vinte, vinte quatro alunos todos ali presenciais entendeu? E outra coisa é você estar nessa modalidade híbrida onde você tem que fazer as duas funções ao mesmo tempo. (Professora 1)

No começo foi bem difícil, porque fora o acúmulo de tarefas né, fora é....a questão do trabalho fora de casa e o trabalho dentro de casa, ainda tinha o medo de tudo e a incerteza que até hoje (silêncio) perdura até hoje, mas hoje a gente tem mais um pouco de esperança. Mas, no início foi muito difícil essa relação de administrar as funções, porque ainda tinha também o peso emocional muito grande!” (Ênfase de entonação sobre o peso). (Professora 2)

É possível perceber nas duas falas um tom habitual, ou seja, a memória operando por meio do interdiscurso, busca apoio nas práticas historicamente consolidadas, comuns às mulheres, manifestando o que lhes seria inerente, responder por tantas tarefas. A naturalidade de que elas são dotadas de uma capacidade inerente ao gênero, de executar e se responsabilizar por um volume de trabalho que caberia a mais de uma pessoa. Com a expressão “ter de fazer”, usada pela primeira educadora nota-se a relação com o dever ser, com a obrigação de suportar, sofrer e ter êxito nesse desafio; não há vocábulos que expressam alegria ou prazer, apenas o hábito de abarcar uma carga maior que sua estrutura suporta. Os elementos culturais que forjam a ideia de que a mulher apresenta de forma inata a competência biológica de ser multitarefas em nada lhe favorece.

Em algumas respostas foi possível identificar a ideia de que à mulher, cabe prioritariamente, os cuidados com o lar e familiares, que ao cônjuge/ companheiro e aos filhos caberia o auxílio voluntário, ou seja, não foi perceptível a divisão de tarefas, tampouco o compartilhamento de responsabilidades com o lar e com a prole, exceto se o parceiro assim

deseje. Um outro aspecto pode ser observado foi que a divisão de tarefas domésticas é um comportamento masculino a ser festejado, refletindo que convencionou-se chamar de machismo estrutural, aspecto da cultura patriarcal fortalecido no cotidiano, com piadas e elogios em tom jocoso, que revelam a objetificação e o domínio. Observe-se o excerto a seguir:

Eu fico desesperada quando eu vejo que tá acumulando né, não vai dar tempo aí a escola dá um prazo pra gente entregar prova, um projeto, alguma coisa, ai como eu falei antes e peço socorro a meu filho, trabalho nos finais de semana, sábado e domingo, durante o dia e a noite também, pra poder dar conta e meu esposo percebe, meu filho vê que eu tô muito é...cansada né, naquele corre-corre, às vezes até um pouco nervosa com tanta coisa pra fazer, pra dar conta aí eles me auxiliam...( Professora 05)

Sob a ótica da análise de discurso, a escolha de palavras de um indivíduo, remete ao que Michel Pêcheux denominou de esquecimento número um ou esquecimento ideológico, no qual, o falante afetado pelas concepções que lhe antecedem, tem a ilusão de ser original em seu discurso, no entanto, é afetado pela história e pela ideologia, de modo inconsciente, revisita sentidos que lhes são pré-existentes e escolhe palavras que significam para si algo que anteriormente revestiu-se de outra significação (ORLANDI, 2015).

De modo inconsciente, a entrevistada reforçou o paradigma de que cuidar do lar é atribuição exclusiva dela, mas que excepcionalmente os demais familiares lhe dão assistência. Ao usar do verbo “auxiliar” para referir-se às atitudes dos filhos e do cônjuge com as atividades do lar, esse vocábulo cujo sinônimo é cooperar, remeteu à percepção de que os familiares fizeram algo não usual, incomum na rotina, excedendo suas funções na organização do lar. Se na família, os pais são igualmente responsáveis pelos filhos, em direitos e deveres, cada membro do grupo está apto a contribuir com a organização dos espaços, razão porque é incabível o verbo usado, afinal, a paridade gera a partilha.

### 3.2. EXERCÍCIO DE ALTERIDADE

A escuta carece de paciência, respeito, tempo e silêncio. Cada professora convidada a partilhar suas vivências carregou em seus discursos elementos que compunham um cenário, ainda que geograficamente não estivessem na mesma unidade escolar, modalidade ou rede de ensino,

partilharam de um período antes não vivido por elas, enfrentaram desafios educacionais para os quais nenhuma curso ou instituição de ensino superior contemplou em seu currículo. Em comum, todas atravessaram um terreno inóspito e desconhecido, em geral, sem suporte pedagógico suficiente ou equipamentos eletrônicos e acesso à rede mundial de computadores com qualidade. No que se refere aos relacionamentos pessoais, foram acometidas de enfermidades de ordem emocional que sequer conheciam a sintomatologia, luto em razão da perda de familiares e amigos e exaustão física e mental.

Cada um desses componentes, individuais ou sociais, empíricos ou científicos, documentais ou factuais, foram perpassados pela história e, por conseguinte, pela ideologia e pela política, constituindo o contexto da produção do discurso, da memória e da polissemia. Esta última, remetendo à filiação dos sentidos, às palavras já ditas. Em um ciclo de significar e ressignificar, os equívocos e a ideologia que sujeitam a língua, participando da relação entre o sujeito e os sentidos (ORLANDI, 2015). Numa mobilização de significações, cada educadora contribuiu de forma única e, ainda que não tenham laços que as conectem no cotidiano, manifestaram forte identificação profissional e alteridade, conforme pode ser lido nos trechos a seguir:

Que passe logo tudo isso, porque realmente é muito desgastante, tem professor que vai nesse caminho dois anos já, e parece que você viveu 10 anos. Em dois anos você viveu dez, e é muito complicado. Porque a gente sabe que quando eu tô estudando pedagogia, dentro de uma sala de aula, sempre os professores falam né, os problemas de casa você tem que deixar do portão da escola pra fora... (Professora 04)

é...horrível você querer dar atenção ao seu filho e não puder, ficar presa, trabalha muito, salário continua o mesmo né, as contas aumentaram porque a partir do momento que você não está trabalhando na escola, você está trabalhando em casa, ou seja, a luz tem que ficar acesa, é... você vai gastar muito mais a energia né, eu gastei muito mais energia nesses últimos tempos, porque eram dois computadores e um celular, então eu gastei muito mais energia e.... o seu salário continua o mesmo né? A gente não teve nenhum outro recurso é... e nem um pagamento a mais por está dando aula em casa. (Professora 07)

Apesar da distância que as separava, todas as entrevistadas se referiram às dificuldades e à falta de suporte das redes de ensino como uma situação recorrente, todas se reconheceram, pela memória e pela identidade profissional, pelas experiências já vividas no ambiente escolar, nos relacionamentos com demais trabalhadores da educação. Eis como a ideologia está presente nos pequenos gestos: em meio às memórias da graduação e aos cursos de formação de professores, como notou-se pela ausência de reflexão acerca da realidade em sala de aula, conforme sinalizado pela Professora 04 ao lembrar um comentário ouvido enquanto era graduanda. O compromisso profissional exigido das docentes sinaliza o preconceito que as mulheres têm enfrentado no que cerne aos direitos reprodutivos, aos homens não é indagado sobre prole ou estado civil, enquanto que às mulheres são determinados padrões comportamentais que as oprime e restringem seu campo de atuação, ressaltam suas fragilidades e questionam sua competência, por meio da ideia que elas são emocionalmente inábeis e por conseguinte de incapazes.

No excerto seguinte, fomos confrontados com aspectos práticos do ensino remoto, manifestamente uma expressão de como o político atravessa o discurso: como as despesas resultantes do uso de equipamentos eletrônicos, gerando redução no poder aquisitivo, prejudicando o orçamento doméstico e, em muitos casos, o desgaste de aparelhos ou a necessidade de aquisição daqueles. Em nenhum dos depoimentos foi relatado quaisquer investimentos por parte do poder público ou privado, no que diz respeito à ajuda financeira, abono salarial ou cessão de ferramentas para o trabalho.

Recentemente foram veiculadas nas mídias sociais e em alguns jornais de grande circulação em Recife, que o Município forneceria smartphones a estudantes que não os tivesse, já a rede estadual fez anúncios sobre a aquisição de notebooks para os professores, exatamente 18 meses após o início da pandemia, numa explícita demonstração de ausência de políticas públicas para a educação em situações emergenciais (AZEVEDO, 2021).

Ao serem aplicados os conceitos sobre polissemia, multiplicidade de sentidos, expressão dito e o silenciado, como foi possível reconhecer o fluxo de emoções que envolveram as entrevistadas a cada verbalização ou a cada intervalo entre as frases, numa atitude semelhante à tentativa de rememorar para descrever precisamente as situações experimentadas e que ainda estão vívidas durante o percurso de volta às aulas presenciais. Como afirmou Orlandi, acerca do silêncio: “Na perspectiva



que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.” (2007, p. 31).

Assim, o silenciar das educadoras pode traduzir suas dores, seus medos, suas inseguranças, suas esperanças, seus sonhos. Por outro lado, o silêncio das autoridades educacionais evidenciado na falta de suporte material e emocional aos profissionais, representa o abandono, a inge-rência, o despreparo.

A garantia de condições para o trabalho é um dever do empregador e um direito do empregado, no caso do exercício do magistério é necessário acrescentar que além dos professores e demais profissionais da educação, os estudantes e suas famílias carecem da implementação de políticas que garantam o acesso à educação de qualidade. Seja pelo poder público ou pelo privado, conforme a Constituição Brasileira em seu art. 205; na lei 9393/ 2006 conhecida como Diretrizes e Bases da educação nos arts. 1º e 2º; o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 53, e na Declaração Universal além de outros documentos sobre o tema.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A hierarquização e a divisão do trabalho se apresentam em configurações diferentes ao longo do tempo, na história da organização das sociedades, e se observadas as reverberações da falta de equidade entre os papéis de gênero, os dados obtidos são de alta complexidade, demonstrando a necessidade de levar em consideração as diferentes condições sociais do gênero no adoecimento laboral. Como pode ser identificado nos discursos das professoras entrevistadas, o excesso de atividades assumidas em razão das jornadas de trabalho, dentro e fora do lar, aumentaram de forma expressiva com o problema sanitário por que se tem passado. Assim, há o surgimento de diversas patologias, além da falta de subsídios para enfrentar os novos desafios e as reconfigurações feitas pela classe patronal, seja no ensino público ou no privado.

Enfim, com base na escuta realizada, ficou patente que o direito à educação extrapola os textos legais e a promoção de um grupo político quando detentor do poder de decisão, diz respeito a outros direitos que se agregam na promoção do saber, da cultura, da saúde, das relações sociais, das ciências em geral. O investimento na oferta de boas condições estruturais e de recursos materiais são tão relevantes quanto o suporte emocional e financeiro disponíveis aos educadores. O cenário pandêmico expôs mais fragilidades que aquelas já identificadas no cotidiano,

a exemplo da saúde mental, o que demanda pesquisa, planejamento e empenho em forma de políticas públicas que se estendam à rede privada, a fim de prevenir e restaurar o bem estar dos profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2001.

AZEVEDO, Margarida. **Professores da rede estadual de Pernambuco vão receber notebook e internet para aulas remotas.** Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2021/05/12126053-professores-da-rede-estadual-de-pernambuco-vao-receber-notebook-e-internet-para-aulas-remotas.html>. Acesso em: 30 de set. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades:** os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

CARLOTTO, Mary Sandra et al. **Burnout em professores:** diferença e análise de gênero. Contextos Clínic, São Leopoldo, v.7, n.1, p. 86-93, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822014000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100009) & lng= pt\ nrm=iso. Acesso em 20 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.08>.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das mulheres no Brasil.** Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). 10ª ed., 4ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2017.

LAZZAROTTO, Sahrja Cristina Rebelatto. **Docência, síndrome de burnout e gênero**: alguns olhares e reflexões. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Campus Universitário da Região dos Vinhedos, Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8484/TCC%20Sahrja%20Cristina%20Rebelatto%20Lazzarotto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 de set. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12ª ed , Pontes editores, Campinas, SP. 2015.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2ª ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017.

WELLER, Wivian. PFAFF, Nicole. (organizadoras) **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação**. 2ª ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.